

Vol 17, Núm1, jan-jun, 2024, pág. 107- 123.

## **Educação profissional e tecnológica na Amazônia: para onde aponta o ensino, a pesquisa e a extensão em agroecologia**

### **Educación profesional y tecnológica em la Amazonía: donde puntan educación, investigación y extersión em agroecologia**

Joana de Oliveira Dias

#### **RESUMO**

O argumento central deste ensaio aponta a responsabilidade das equipes técnicas envolvidas com o ensino, a extensão e a pesquisa em agroecologia de somar-se aos debates sobre reformas curriculares, reformulação de processos seletivos de discentes e docentes, de projetos de desenvolvimento institucional, projetos pedagógicos de cursos e sobre normas de creditação de autoria de textos acadêmicos, entre outros, em uma interlocução com as diversas instâncias institucionais na rede federal. Saliento também a necessidade de um diálogo interno ao campo de estudos da agroecologia sobre uma perspectiva pluriépistêmica do conhecimento, capaz de tensionar e enriquecer as rotas, também coloniais, de institucionalização da agroecologia como formação profissional na Amazônia. Escrevo a partir da vivência com famílias agricultoras em assentamentos de reforma agrária no Vale do Rio Acre, que permeou meu trabalho como docente no Instituto Federal do Acre, desde 2010. Enfatizo sistemas ideacionais, dispositivos, operações sociotécnicas, práxis políticas e administrativas que sustentam a educação em agroecologia, inclusive em sua relação com o território, a partir de uma perspectiva racializada. O enfrentamento do racismo institucional e da supremacia de um saber singular, a atravessar relações e posicionalidades dinâmicas, deve ser o foco dos esforços intelectuais e políticos para qualificação das ações de ensino, pesquisa e extensão em agroecologia e para os processos de (trans)formação de novas subjetividades ambientais.

**Palavras-chave:** Acre, Agricultura familiar, Pluralidade Epistêmica, Racismo institucional, Socioambientalismo, Território.

#### **RESUMEN**

El argumento central de este ensayo apunta a la responsabilidad de los equipos técnicos involucrados en la docencia, extensión e investigación en agroecología de sumarse a los debates sobre reformas curriculares, reformulación de procesos de selección de estudiantes y docentes, proyectos de desarrollo institucional, proyectos pedagógicos de cursos y sobre normas de autoría de textos académicos, entre otros, en diálogo con las distintas instancias institucionales de la red federal. Destaco también la necesidad de un diálogo interno en el campo de estudios de la agroecología en una perspectiva pluriépistémica del conocimiento, capaz de tensionar y enriquecer las vías, también coloniales, de institucionalización de la agroecología como formación profesional en la Amazonía. Escribo a partir de la experiencia con familias campesinas en asentamientos de reforma agraria en el Vale do Rio Acre, que ha permeado mi trabajo como docente en el Instituto Federal de Acre, desde 2010. Destaco sistemas ideacionales, dispositivos, operaciones sociotécnicas, praxis políticas y administrativas que sustentan la educación en agroecología, incluyendo su relación con el territorio, desde una perspectiva racializada. Enfrentar el racismo institucional y la supremacía de un saber singular, debe ser el foco de esfuerzos intelectuales y políticos para cualificar acciones de docencia, investigación y extensión en agroecología y para procesos de (trans)formación de nuevas subjetividades ambientales.

**Palabras clave:** Acre, Agricultura familiar, Pluralidad epistémica, Racismo institucional, Socioambientalismo, Territorio.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este ensaio foi escrito com atenção ao alerta de Airton Krenak quando diz que o encontro colonial nas Américas não aconteceu em um marco temporal datado, mas segue acontecendo cotidianamente, contemporaneamente em nossas sociedades. Segundo ele, essa simultaneidade de criação da diferença cultural é uma de nossas riquezas, fonte de reflexão sobre uma educação para a liberdade (KRENAK, 1999).

Assim, tomo essa reflexão como ponto de partida para tematizar como está situado o papel do ensino de agroecologia na rede federal no enredo deste encontro colonial que segue em curso. Faço isso a partir da minha vivência com famílias agricultoras em assentamentos de reforma agrária no/com o Vale do Rio Acre, experiência que permeou meu trabalho como docente no Instituto Federal do Acre, desde 2010.

O argumento central do texto chama atenção para a responsabilidade e a potencialidade que as comunidades acadêmicas envolvidas com o ensino, a extensão e a pesquisa em agroecologia têm de somar-se aos debates sobre reformas curriculares, reformulação de processos seletivos de discentes e docentes, de projetos de desenvolvimento institucional e projetos pedagógicos de cursos, sobre normas de creditação de autoria de textos acadêmicos, entre outros, no sentido de extrapolar os debates internos do campo da agroecologia em uma interlocução com as diversas instâncias institucionais na rede federal.

Ao mesmo tempo, saliento a necessidade e a oportunidade de diálogo interno com o campo de estudos da agroecologia para a composição de uma perspectiva pluriépistêmica de construção do conhecimento, capaz de tensionar e enriquecer as rotas, também coloniais, de institucionalização da agroecologia como formação profissional na Amazônia. É esse movimento, de deslocar o olhar para as próprias equipes técnicas que constituímos, em sua relação com o território vivo, que alimenta os debates acima citados, o que se desdobra em uma concepção própria sobre o significado da extensão, ao trazer de volta à cena os seus sentidos constitucionais e afastar-se do vazio da extensão tecnológica apenas ao mercado.

## EQUIPES TÉCNICAS E TERRITÓRIOS VIVOS

A Amazônia é tida como um território para além das fronteiras nacionais, entendido em múltiplas dimensões como a do corpo, do conhecimento, que poderiam ser classificadas em materiais e imateriais, mas cuja dinâmica diaspórica e de intercâmbio é pedra fundamental para se pensar a estética desse território. Assim, ter a Amazônia continental como horizonte,

precisa desabrochar em uma análise interdisciplinar e com interlocutores bastante distintos daqueles que circulam de forma costumaz em nossos escritos. Muito embora a pedagogia tenha um campo consolidado de autores que podem, de certa maneira, representar esse sonho de uma integração latino-americana, os caminhos de integração que seguem as águas dessa planície continental demandam de nós outros desenhos de análise. Essas transformações na academia já estão em curso, em grande parte devido à política de ações afirmativas, que em seus 10 anos completos em 2022 devemos ora homenagear, também reconhecendo seus limites e apontando o aprofundamento das ações necessário no momento presente.

Ao afirmar que este ensaio tem como um de seus objetivos incitar reflexões sobre diferentes engajamentos e práticas docentes com o ensino, a pesquisa e a extensão, tenciono enfatizar o tratamento dos sistemas ideacionais, dos dispositivos, das operações sociotécnicas e das práxis políticas e administrativas que sustentam a educação em agroecologia, em suas múltiplas implicações, inclusive em sua relação com o território. Sigo as pistas de Esterici (2014), quando a autora observa o lugar dos cientistas – assessores, pesquisadores ou técnicos – nos processos de invenção de territórios socioambientais em constante construção na Amazônia.

Os escritos de Escobar (1998) instigam a pensar sobre a morfologia social das equipes técnicas e suas relações com o Sul-global no contexto da sua análise, a emergência de identidades étnicas coletivas e suas estratégias de posicionamento diante de relações entre território e cultura no Pacífico colombiano. Quero chamar atenção aqui para o fato de que ao estabelecer seu panorama de análise, ele oferece um ponto de atenção às dinâmicas de (re)definição das redes sociotécnicas e suas configurações discursivas em torno da biodiversidade – que considero homólogas às da agroecologia – ao mapear posições, mesmo que muitas vezes sobrepostas, em um campo extremamente dinâmico e em constante mudança (ESCOBAR, 1998 p. 56).

Espero, acompanhada destes dois autores, ter demonstrado a relevância de pensar a composição e a atuação de nossas equipes técnicas, compostas de servidores, mas notoriamente expandidas em redes de cooperação e intercâmbio com a sociedade civil. Somos parte de uma rede já adensada em diferentes conjunturas do ambientalismo internacional e de projetos de ciência e desenvolvimento *para* a Amazônia. Está aí implicada uma concepção específica de território que se desdobra em toda uma gramática já consolidada. Considero este

aspecto uma das chaves de entendimento dessas trajetórias que me referi como rotas coloniais de institucionalização da agroecologia como formação profissional na Amazônia.

## COMISSÃO ESTADUAL DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

A Comissão Estadual da Produção Orgânica figura na Lei Brasileira de Agricultura Orgânica como espaço de central importância para a gestão dessa política, em especial por sua responsabilidade legal na realização de ações junto à agricultura familiar, formalmente representada pelas organizações de controle social da qualidade orgânica, no contexto da venda direta em feiras e nas compras públicas.

O Instituto Federal do Acre (IFAC) atua como membro da Comissão e em colegiados de gestão de outras políticas públicas. Para além da representação docente, a presença do IFAC foi marcada pela participação de estudantes do Curso técnico subsequente em Agroecologia e da Pós-graduação em Agricultura Familiar em reuniões, eventos, dias de campo e aulas práticas. Este ensaio tem como referência o período entre 2010 e 2020, no qual atuei como membro da Comissão Estadual da Produção Orgânica do Acre (CPOrg/AC), representando o Instituto Federal, e tem como base metodológica a observação participante desta trajetória.

A troca de experiências observada nessas relações promoveu oportunidades de vivência e aprendizagem significativa entre a comunidade envolvida, e grande parte das reflexões aqui sintetizadas não são fruto de uma análise *a posteriori*, e sim a sistematização do conhecimento produzido de forma coletiva nos diferentes momentos de encontro<sup>1</sup>. Diante disso, surge então uma agenda de pesquisa: a relação entre famílias agricultoras e a comunidade de estudantes e servidores do Instituto Federal do Acre. Como pontos dessa trajetória, saliento o processo de ambientalização do *campus*, a realização de entrevistas e grupos focais com discentes do IFAC e da Escola da Floresta e as Caravanas da Agroecologia. Vale notar que a autoria coletiva de construção desse conhecimento *versus* a autoria individualizada deste ensaio é uma das contradições que pretendo ressaltar com essa escrita.

---

<sup>1</sup> Parte destes estudos estão publicados em trabalhos de conclusão de curso em Programas de pós-graduação em Agricultura Familiar e em Gestão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, como ALENCAR (2016); SOUZA (2016); NOGUEIRA (2016); KAUFFMANN (2019); CAMARGO (2020); SOUZA (2020) e SILVA (2021).

Além da rotina de aulas nas feiras e orgânicas no terminal urbano e no horto florestal, a presença das famílias agricultoras no *campus* do IFAC se deu especialmente na participação de eventos, como as próprias reuniões da CPOrg/AC sediadas no *campus*, na realização de palestras em atividades acadêmicas e rodas de conversa nas disciplinas.

Dessa convivência ficou latente a necessidade de um processo que chamamos “ambientalização” do *campus*, pois a presença das plantas é capaz de catalisar interações entre a comunidade acadêmica e as famílias agricultoras, suas novas integrantes. Esta mudança chamou a atenção inclusive da comunidade do entorno.

A presença de plantios e unidades demonstrativas serve de pretexto para conversas, para o intercâmbio de conhecimentos, mas principalmente para a instauração de uma atmosfera familiar à vivência camponesa que significa acolhimento: outros espaços para sentar-se, o encontro na sombra (ou no sol, ou até na chuva). Há um enunciado do saber popular que diz respeito a “começar em casa”, portanto a prática no *campus* dos ensinamentos das aulas inspirava também a simpatia e legitimava o curso de agroecologia em seus valores e princípios.

Por outro lado, dissensos sobre as práticas de manejo e sua conexão com a ciência e a arte, a potabilidade da água, a segurança e os riscos de uma área florestada, além da gestão coletiva de áreas e instrumentos explicitam conflitos também ambientais.

Nessa nova configuração do *campus* com áreas de prática de cultivos, passamos a ver corpos em movimento a compor dinâmicas de espaço e tempo bastante distintas daquelas previstas nas salas de aula ou bibliotecas, mas comuns em relação ao universo da agricultura familiar. As plantas e animais despertam a atenção dos sentidos, a capacidade de observar cuidadosamente e a experiência sensível das formas, cores, aromas e texturas sugere também abstrações criativas, pela tensão que provocam com o universo euclidiano e cartesiano do conhecimento acadêmico.

A partir daí foi possível identificar a oportunidade de realizar visitas e aulas práticas às famílias de discentes dos cursos, superando a lógica de “visita a uma propriedade” para potencializar vivências inspiradas na experiência de trabalho “camponês a camponês”, popularizada por movimentos sociais ligados à Via Campesina no Brasil.

Foi necessário andar no entorno do *campus* para conhecer as plantas “vizinhas” e identificar práticas de manejo e desafios típicos da agricultura urbana às margens do Rio Acre, onde o IFAC está literalmente localizado. As perambulações pelo bairro Aeroporto

Velho demonstraram o potencial de estabelecer relações com instituições do entorno: o Restaurante Popular, O Centro Cultural Lydia Hammes, o Teatro Barracão, o Mercado Público e as escolas públicas. Mas também nas ambiências do porto da catraia que liga ao bairro Quinze e seus comércios próximos. Esses vínculos se traduziram na escrita de projetos, realização de atividades conjuntas e na atenção ao universo de atuação dessas instituições no bairro. Surgiram daí temas como tradições orais e trânsitos culturais entre “seringal” e “rua” (cidade), nas incríveis conexões que a Baixada do Sol estabelece com o interior do Estado.

Por fim, foram realizadas as Caravanas da Agroecologia, que uniram, em quatro trajetórias entre Assis Brasil, Mâncio Lima e Boca do Acre, intercâmbios que culminaram com um encontro de agroecologia em Rio Branco.

A interiorização também despontou como uma demanda prioritária para a Comissão Estadual da Produção Orgânica, assim como a vinculação às organizações da sociedade civil que pautam em suas agendas os temas aqui citados. Da mesma forma, o convívio explicitou a necessidade de consolidar políticas no IFAC como a compra da agricultura familiar na alimentação escolar, ações afirmativas e sistemas de cotas/preferências na realização de concursos públicos para a contratação de docentes e técnicos administrativos no IFAC, entre outras.

A ideia de mutualidade entre Instituto Federal e Comissão Estadual da Produção Orgânica explicita a potência de transformar projetos institucionais e alterar a dinâmica desses espaços.

## **PLURALIDADE EPISTÊMICA**

Mais adiante, a realização de entrevistas e grupos focais com discentes dos cursos do IFAC e da então Escola da Floresta (localizada em área periurbana próxima ao *campus*, na Estrada Transacreana) demonstrou como o próprio corpo discente construía pontes para uma analogia ao universo das famílias agricultoras da Comissão da Produção Orgânica. A “surpresa” descortinava um equívoco com graves consequências pedagógicas: muitos estudantes faziam parte de famílias agricultoras. Assim, distinções basilares do universo institucional, como por exemplo, entre as comunidades internas (do ensino) e externas (da extensão), ou entre os técnicos formados, de um lado, e de seu público-alvo, as famílias agricultoras, de outro, tornavam-se cada vez mais contraproducentes.

Ao pensar a agricultura familiar não como um termo teórico, ou mesmo legal e jurídico, mas construído a partir da experiência, de forma contextualizada, foi possível visualizar de forma mais límpida as relações étnicas, raciais e de gênero estabelecidas na comunidade discente, mas mais do que isso, seu vínculo com um território vivo.

As categorias de campesinato, população tradicional e população indígena tornam-se, muitas vezes, invisíveis como práticas culturais no contexto urbano brasileiro. Ao revisitar a que serve a oposição entre teoria e prática, debater a centralidade do conceito de tecnologia na articulação entre campo e cidade, entre presente e passado, do uso discursivo da noção de “origem”, entre outros, foi possível problematizar as nossas próprias práticas docentes e de atuação no âmbito da Comissão Estadual da Produção Orgânica. A própria valorização que o campo de estudos da agroecologia acumulou em seus debates sobre a aproximação entre campo e cidade (vinculada em grande parte aos circuitos curtos de comercialização) precisaria ser pensada em outros termos.

O currículo dos cursos e a forma de organização do espaço e do tempo acadêmicos seguia à risca a cópia do modelo euro exclusivista da universidade moderna, onde perdemos a multidimensionalidade do saber. A formação do técnico ou do especialista é focada nos sistemas produtivos, no processamento e na assistência técnica a um “produtor” genérico. O conhecimento é visto como uma propriedade individual que pode ser adquirida, como nos indica Makota Kindoiale (CARVALO *et al*, 2020). Mas de forma “oculta” o currículo se transforma no cotidiano, onde essa hegemonia é permeada de lacunas.

Para citar a perspectiva de uma estudante, trago um relato da disciplina de “Desenvolvimento e Meio Ambiente”, do curso técnico em Agroecologia, onde encontramos espaço para compartilhar materiais escritos e audiovisuais de autoria indígena e o texto “Ntu: introdução ao pensamento filosófico bantu”, no qual Cunha Júnior (2010) traz à tona as dores e os sabores da sua vivência na universidade. A receptividade da turma foi heterogênea e positiva, considerando a expectativa relatada por muitos de que o tema da disciplina seria, como nas demais, focado nos sistemas produtivos ecológicos. A fala a seguir foi recebida em áudio por whatsapp ao final da disciplina, autorizada para publicação, e explicita o caráter intersubjetivo da experiência de troca de conhecimentos e a riqueza que ela traz para a convivência de estudo:

Consegui ampliar bastante os horizontes, assim, consegui escurecer as ideias como eu gosto de dizer, e de fato esse ambientalismo branco nunca me

convenceu, eu nunca compreí essa ideia de um cara que, né, que um cara branco quase sempre, e às vezes gringo, chegando na Amazônia e dizendo como que a gente vai preservar e como que a gente vai comercializar. Eu acho que a gente só consegue ter perspectiva de futuro, projeção de futuro, ouvindo quem veio antes de nós, né [...] a população ribeirinha né, pessoas pretas também que, na maioria, né, tem... a maioria dos povos da floresta tem essa cor. [...] E só para afirmar aqui também, rapidinho, eu amei o material do pensamento filosófico bantu né, eu já conhecia um pouquinho né, eu faço parte de um coletivo chamado poetas vivos, que é coletivo de poesia e a gente fazia alguns estudos internos assim também, fazia oficina para galera, e a gente sempre falava um pouco, né, dessa ideia do ‘eu sou porque nós todos somos’ e assim é. Eu estava pensando aqui ainda depois de mandar o áudio, assim, que a galera que está nessa, vamos dizer, nessa linha de frente de produção na floresta, eles talvez não se intitulem enquanto ambientalistas, né, então talvez é formar um ambientalismo a partir daí, um socioambientalismo, uma ideia coletiva. (Estudante do Curso Técnico em Agroecologia, em mensagem de áudio whatsapp em 2021).

O pensamento que trago aqui não gira em torno de essencializar identidades estanques, nem de opor polos distintos de forma a simplificar em demasiado a complexidade das relações sociais. Pretendo apenas propor o exercício de vislumbrar proximidades entre essa personagem “que diz como preservar e como comercializar” e nossas equipes técnicas empenhadas no ensino de agroecologia, uma vez que compartilhamos sistemas ideacionais e institucionais, dispositivos, operações sociotécnicas, práxis profissionais de maneira convergente e raramente racializadas. Outro exercício metodológico que proponho é o de imaginar o quanto que as políticas afirmativas estão inseridas em um processo muito mais amplo de transformação epistêmica do espaço educacional e das abordagens acadêmicas sobre o ambientalismo.

A erradicação da esterilidade de espaços acadêmicos e de gestão pública participativa passa pela visibilização de práticas de racismo institucional e por ações afirmativas de garantia da presença de pessoas negras e indígenas. Mas, ao mesmo tempo, aponta para a lacuna em torno de um exclusivismo epistêmico que reduz as ações de ensino, pesquisa e extensão a um objeto: os sistemas produtivos.

Assim, é possível traçar uma relação entre os termos Agricultura Orgânica, Agroecologia e Agricultura familiar para demonstrar que, apesar das possíveis aproximações e distâncias conceituais percebidas em seus usos, a pluralidade epistêmica diz respeito à criação de espaços de intersubjetivação que nenhum desses termos, em seus enfoques, garante *a priori*. Mais do que isso, é importante notar que “pacificar” a agroecologia em torno do “diálogo de saberes” entre esses universos sem explicitar as questões étnico-raciais, de classe, gênero – que poderíamos dizer também ontológicas, por tratarmos da relação entre sociedade

e natureza – é uma prática de racismo institucional, quando afastamos a agricultura ecológica dos temas aqui debatidos. Vale ressaltar que a tipificação do racismo como crime serve ao interesse de democratizar as práticas sociais sobre o tema e não deve ser entendida como uma ameaça.

A supremacia de um saber hegemônico singular a atravessar relações de poder e posicionalidades passa a ser então a problemática central sobre a qual devem se debruçar os esforços intelectuais e políticos para qualificação das ações de ensino, pesquisa e extensão em agroecologia.

A importância da relação entre as políticas públicas, desde a assistência técnica e extensão rural voltada à agricultura familiar, até a compra pública na alimentação escolar, é chave para compreender a complexidade dos processos educativos em torno da educação em Agroecologia. A presença da banana proveniente da agricultura familiar na alimentação escolar, da sombra de um cajueiro ou de um pé de cajuru que serve para um chá, tudo isso recupera uma das características mais antigas da aprendizagem, que é ser um processo mais que humano, integrado à natureza. Assim, geramos encontros capazes de fazer florescer o conhecimento compósito nascido da agregação que só a validação das diferentes formas de saber, estar no mundo e interagir abre tempo e espaço.

Acessibilidade é, portanto, uma palavra-chave para a reformulação de nosso trabalho docente, pensada em seu sentido mais amplo, e incorporando a dimensão da intersubjetivação como o palco do esforço pessoal que demanda o processo de ensino-aprendizagem como ação antirracista e de inclusão. A escrita deste texto é um exercício de sair da afazia e nos responsabilizarmos diante da comunidade acadêmica.

A análise do currículo dos cursos tem como prerrogativa ajustar a lente para compreender a agricultura familiar a partir do prisma da complexidade, da vida das pessoas e de seus projetos de futuro – identitários, conjunturais, autênticos, *sui generis*, que são dinâmicos, se transformam, são uma negociação. Assim, será possível tomar os sistemas produtivos como ferramenta de interlocução e não como fim em si, o que nos permite dialogar com esse universo de troca.

Retomo aqui as teses de Marx sobre Feuerbach, quando ao tratar da educação, critica o esquecimento de que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem, ele próprio, de ser educado. Marx argumenta que “a coincidência do mudar das circunstâncias e da atividade humana só pode ser tomada e racionalmente

entendida como prática revolucionária” (1988, p.70). Em outras palavras, é necessário implodir o lugar do educador para ceder à dinâmica de retroalimentação que nasce do reconhecimento de sua incompletude. É a condição da relação estabelecida entre pessoas que gera um vínculo e sugere a possibilidade de construção do conhecimento, essa condição não pode ser pensada alheia ao território.

É esse o debate que está no pano de fundo da crítica ao discurso academicista e seu mandato do conhecimento inacabável, que coloca o estudante em condição perpétua de incompletude, ao defini-lo por uma carência constitutiva. Esse tipo de lógica atende muito bem à lógica da expropriação, tanto no âmbito da educação profissional quanto da assistência técnica e extensão rural, quanto da gestão ambiental, pois a família agricultora também é vista sempre na condição de desprovida. Acompanhando a sabedoria com que Lelia Gonzalez (1984) funda o “negro” como significante mestre, apostamos na polissemia gerada pelos encontros de saberes para a recriação infinita de possibilidades que existem na vida também nos espaços acadêmicos e de gestão de políticas públicas.

## **ALGUMAS PALAVRAS SOBRE AGROECOLOGIA**

Gostaria de ressaltar a importância de conceber estudos em agroecologia que observem uma simetria de atenção entre as famílias agricultoras e as equipes técnicas. Enquanto já está estabelecido um certo consenso em torno da necessidade de sondeios e diagnósticos (cada vez mais rápidos) que caracterizem as famílias agricultoras, pouco refletimos sobre o que nos caracteriza como equipes técnicas.

Como um segundo ponto, chamo atenção aos enunciados onde a agroecologia (ou a agrofloresta, entre outros) aparece como uma espécie de entidade unitária com voz própria, que assume o lugar de sujeito em formulações técnicas comuns: “segundo a agroecologia”, “de acordo com a agroecologia” ou “na agrofloresta é assim”. Em contraponto, famílias agricultoras costumam remeter seus enunciados às suas próprias trajetórias: “como a gente vem trabalhando”, “aqui no nosso sistema”, “seguindo o que a gente faz”.

O meu incômodo refere-se a uma certa dimensão naturalista (como uma pretensão de objetividade e neutralidade da ciência) que deturpa o campo da agroecologia como construção datada, coletiva, mais que humana, atravessada por relações de poder e lotada de contradições e instabilidades. Esta poderia ser, talvez, uma dimensão transversal a percorrer os debates sobre a conservação da biodiversidade, que podemos ter como referência em nosso campo.

Noto nessa reflexão uma aproximação válida com os argumentos críticos de Karera (2019) sobre a supervalorização ahistórica e apolítica do conceito de vida e a “hiper ética” (de singularização da humanidade), que uma vez expostas nos apontam desafios. A autora questiona como devemos reavaliar, onde e como procuramos nossos modelos intelectuais.

Considero importante visibilizar a morfologia social das equipes técnicas em torno da agroecologia e da agricultura orgânica no Acre e suas relações com o Sul-global, uma vez que essa abordagem permite tratar o tema do racismo ambiental na perspectiva da branquitude.

Vale destacar que se trata aqui de trazer à tona redes de criação e reprodução das condições para a produção de capital em que se aplicam os aportes teórico-metodológicos de Kelly (2013) em seus estudos sobre acumulação por espoliação em áreas protegidas. Crítica aos princípios da conservação neoliberal, Kelly analisa a conversão de bens comuns de manejo coletivo para bens públicos, não privados, e relações de propriedade e mercantilização aí emergentes, às quais atribui dinâmicas escalares de espaço e tempo diversas, que eu diria conjunturais e muitas vezes contraintuitivas quando se trata de análise do social.

No caso do Acre, podemos reconhecer arranjos de estratégias em que setores públicos adquirem capacidade de captação e gestão de recursos internacionais destinados à conservação; assumem um protagonismo na definição de uma metodologia de educação; dão o tom da gestão pública da assistência técnica e extensão rural no Estado, alcançando o estatuto de programas de governo (de certificação da propriedade rural sustentável) e leis (como a proibição do uso do fogo); que disseminam-se na sociedade civil em uma ampla gama de iniciativas – uma linha do tempo que denota o desafio de lidar com o caráter “de cima pra baixo” de implantação dessa estratégia.

Kelly (2013) também destaca a importância da ciência, pois a transformação das relações socioeconômicas passa pelo efeito epistemológico de construir consensos, com foco em abstrações e seus valores de troca e não em vivências e seus valores de uso. Nesse sentido, a autora problematiza a “gestão científica de recursos” e sua natureza violenta (aberta ou não) quando imposta à população rural, assim como as consequentes mudanças em suas maneiras de interagir uns com os outros e com a paisagem (KELLY, 2013 p. 694).

Esta face da imposição difere da suposta convergência de interesses entre populações locais, governos, instituições internacionais, ambientalistas e empreendimentos privados – presente na ideia de “governança” da Comissão da Produção Orgânica ou mesmo de “construção do conhecimento agroecológico” no ensino de agroecologia. Pensando no Vale

do Rio Acre, por exemplo, os conflitos em torno da proibição do uso do fogo diante do sistema de agricultura de corte e queima desdobram-se para além de constrangimentos técnicos no manejo das áreas, envolvendo temas como conflitos intergeracionais, raciais, fundiários, criminalização, reconhecimento de direitos, tecnologia e soberania alimentar.

Ainda persigo os argumentos de Karera (2019) e Yusoff (2011) de que atentar para os laços descobertos através da violência são uma oportunidade tanto de renovação de ferramentas teórico-metodológicas, quanto de criatividade conceituais, para além de essencialismos binários (em especial no par humano e natural).

Nazarea (1996) enfatiza como famílias agricultoras cotidianamente trocam, renovam e conectam-se, através de sementes e memórias, cercado-se de familiaridade e conforto e desafiando a política sombria de perda. Em sua perspectiva, debates intelectuais e políticos tendem a enfatizar a escassez, rendição e abandono, enquanto para além da retórica dos textos há outros sentidos na coragem das experiências viscerais do cotidiano a superar a “drenagem” da modernidade ocidental (NAZAREA, 1996 p. 320). Acredito que seu argumento indica a complexidade das relações que envolvem a criação de narrativas, interlocuções e trânsitos do engajamento de nossas equipes técnicas com a agroecologia, a luta pela terra e a defesa de direitos.

Assim, inspirada em tensionar o que Tsing (2005) chamou de “metanarrativa universalista” é que pensei em tratar essa rede tecida em torno das equipes técnicas a partir da história de um senhor chamado João Bosco Nogueira de Queiroz, que faleceu este ano de 2022 por complicações da covid-19, aos 69 anos.

Refletindo sobre os significados de sua presença, considero significativo dedicar-lhe algumas linhas: ele nasceu no Vale do Rio Juruá, de uma família indígena, em área envolvida em conflitos onde hoje é o Parque da Serra do Divisor. Depois, mudaram-se para o Rio Iaco, afluente do Purus – esse endereço localizamos em uma “expedição” com esse fim. A área havia se tornado uma fazenda e fiquei impactada com os indicadores da paisagem que ele usou para localizar a antiga casa frente à desolação do desmatamento. Em Rio Branco, foi chamado para trabalhar no plantio do Arboreto na Universidade Federal do Acre (UFAC), um experimento que reflorestou quase 100 hectares. Fez um curso técnico em botânica e foi formalmente contratado pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), cuja sede atual está situada na mata da UFAC, que ele plantou. Acompanhou diversos pesquisadores do Brasil e do mundo, assumiu para si a tarefa da educação agroflorestal nas terras indígenas

onde o Arboreto (PZ/UFAC) trabalhou. Sua especialidade era a dinâmica da sucessão natural em áreas degradadas – tema de seu trabalho de conclusão de curso sobre a mineração na Área de Proteção Ambiental do Lago do Amapá, vizinha ao Pólo Agroflorestral Benfica, nas margens do Rio Acre.

A história de Bosco é um exemplo de luta pela terra e considero que ele viu nessa rede trans escalar de cientistas, assessores e gestores públicos da conservação um caminho para espalhar suas sementes. Sua presença explicita o quanto as classificações analíticas são instáveis, de natureza compósita e suas fronteiras permeáveis.

Aprender a trabalhar nos roçados, especialmente em mutirões, é um princípio que foi incorporado por muitas equipes técnicas em suas metodologias de trabalho. Privilegiam-se dias de campo, montagem de experimentos comparativos, ou seja, a “não na massa” que diferencia a “nova extensão rural” dialógica ou participativa, capaz de realizar um suposto encontro conciliador entre conhecimentos técnicos e tradicionais.

Esse perfil também se apresenta na forma como grupos de pessoas das equipes passam a residir em áreas rurais, praticar a implantação de seus próprios experimentos de manejo de áreas agrícolas e criação de animais, processar a sua produção e inserir-se em redes de comercialização de alimentos orgânicos. As implicações de configurações de identidade desses “neoagricultores” nas redes de agroecologia e questões intergeracionais relacionadas à aderência a dita transição agroecológica seriam tópicos a desenvolver a partir de estudos específicos, não sobre sentidos identitários do que na origem ou na essência significa ser agricultora, mas sim considerar a racialização dessas relações e seus desdobramentos sociais em um território.

A ecologia costuma, com base no paradigma darwinista, centrar seu olhar nas interações entre indivíduos, suas espécies e seu “ambiente ao redor”, tratado como “meio físico”: nas palavras de Ingold (1990; 2015), a vida é abordada pelas interações (entre entidades dadas) e não pelas suas relações. O autor sugere que os seres não estão em uma relação: eles são essas próprias relações. Portanto, o mundo deveria ser pensado enquanto uma malha ao longo da qual se desdobra a vida. Essa abordagem está presente na inspiradora etnografia de Narahara com os Mapuce (2018).

A ecologia poderia então ganhar ares mais ecléticos, negociados, gerados em conversas, enfatizando a noção de tradução – que emerge com múltiplas dimensões, das quais enfatizo sua motivação em negociar uma relação em que ambos reconheçam ter ressonâncias.

A atenção passa a ser direcionada então ao contexto no qual a comunicação ocorre: um prato cheio para pensar o processo de construção do conhecimento no campo de estudos da agroecologia, os riscos da violência associada à conceitualizações e nosso papel em evitar qualquer forma de violência. Esta percepção pode soar como mais uma enunciação abstrata e teórica sobre a Ecologia, mas adquire desdobramentos relevantes quando pensamos as bordas entre o que definimos como “social” e “natural”.

Assim, o campo de estudos da agroecologia estaria mais aberto para dar conta de enfoques que conectam as lacunas entre o cultivado e a floresta, as relações transformadoras presentes na agricultura e no extrativismo, a vitalidade dos mundos não escaláveis e dos elos entre o escalável e o não escalável (TSING, 2012). Sinto que poderiam surgir temáticas menos previsíveis e novos interlocutores nesse campo, por exemplo: os sítios arqueológicos dos geoglifos; os sentidos atribuídos à mercadoria “cult” em relações capitalistas de um consumo elitizado de produtos orgânicos – depois transformada em presentes e remédios que trazem lembranças de infância; as plantas espontâneas que somam algumas gramas a mais no maço de coentro vendido por peso no Programa de Aquisição de Alimentos, que poderiam acabar mais cedo na composteira, demonstrando como a decomposição sustenta cadeias de valor no capitalismo.

O exercício de manipulação criativa dessas ideias me inspira a pensar formas de ensinar e aprender que se debrucem mais sobre movimentos e menos na delimitação estática de unidades produtivas ou propriedades rurais. Pensar pela via do deslocamento consistiria em observar as práticas de criação de espaços e tempos humanos e mais que humanos em diferentes escalas, mirar adjacências, pulsações promovidas pelas transformações sazonais.

Seria talvez uma forma de perseguir as setas dos fluxos e interações tão presentes nos esquemas nos livros de ecologia, mas pouco incorporadas como ênfase nas relações. Para dar mais um exemplo, muitas das “mercadorias” comercializadas na feira orgânica de Rio Branco, consideradas frescas, estão mesmo vivas. Essa forma de pensar, centrada nos caminhos, traz à cena o que há de mais antigo nas formas de conhecer e repassar conhecimentos no universo ameríndio – especialmente em se tratando da longa história da agrobiodiversidade no Acre, essas rotas e trocas dizem muito.

Assim, é interessante pensar a feira também como um espaço de propagação ou dispersão de variedades, central para o que Tsing (2019) chamaria de coordenações de habitabilidade dessa paisagem, mas que poderíamos abordar na perspectiva do conhecimento

tradicional associado à biodiversidade, reconhecendo que há aí um direito intelectual a ser reconhecido, mesmo que de forma difusa, ao menos em sua condição de autoria, para além da narrativa de relatórios de projetos. Assim, seria possível traçar uma interlocução com as lógicas de “uso da terra”, com os diversos modelos de reforma agrária implantados no Vale do Rio Acre, na relação entre ordenamento territorial, paisagens praticadas, a estabilização de categorias identitárias e diferentes maneiras de se fazer política – e, portanto, educação.

Singh (2013 p. 189-190) chama atenção sobre o papel do afeto, das emoções e das práticas incorporadas na formação das subjetividades humanas à luz dos esforços comunitários de conservação florestal em Odisha, na Índia. O autor sugere compreender a subjetividade ambiental como um processo permanente de “tornar-se”, além de uma perspectiva limitada de estrutura e agência. Neste processo, há também uma permanente requalificação ou reconfiguração das paisagens que acompanham essa dinâmica subjetiva.

Por fim, lanço a seguinte pergunta: afinal, as muitas mudanças de enfoque em meu trabalho e em minha perspectiva sobre a agroecologia ao longo da experiência de convívio com as famílias agricultoras e como professora do Instituto Federal do Acre, poderiam ser pensadas à luz de um processo de “tornar-se”, mais que humano, de formação de novas subjetividades ambientais?

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, D. **Perfil dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos da Escola Marina Vicente Gomes: contribuições para a educação profissional da Baixada do Sol**. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica).

CAMARGO, L.A. **Viabilidade Técnica e Econômica de um Projeto de Irrigação: Estudo de caso na horticultura orgânica familiar no Projeto de Assentamento Walter Arce (Bujari/ Acre)**. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Agricultura Familiar).

CARVALHO, J; KIDOIALE, M.; COSTA, S.; CARVALHO, E. Sofrimento Psíquico na Universidade, Psicossociologia e Encontro de Saberes. **Sociedade & Estado, Vol. 35, n 1, Janeiro/Abril 2020 (UnB)**.

CUNHA JÚNIOR, H. Ntu: Introdução ao Pensamento Filosófico Bantu. **Educação em Debate, Vol. 1, No. 59, Ano 32, 2010. p. 25-40**.

GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244**.

INGOLD, T. An Anthropologist Looks at Biology. **Man, v. 25, n. 2, p. 208-229, 1990**.

\_\_\_\_\_. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição.** Petrópolis: Vozes, 2015.

KARERA, Axelle. 2019. Blackness and the Pitfalls of Anthropocene Ethics. **Critical Philosophy of Race**, 7(1): 32-56.

KAUFFMANN, A. **Histórias de Vida e Perspectivas Profissionais dos Formandos do Curso Técnico em Florestas do Centro de Educação Profissional e Tecnológica Roberval Cardoso.** 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Agricultura Familiar).

KELLY, Alice B. 2013. "Conservation practice as primitive accumulation". In PELUSO, Nancy Lee & LUND, Christian (eds.), **New Frontiers of Land Control.** New York: Routledge.

KRENAK, A. 1999. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, A (org.). **A outra margem do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, p. 23 -31.

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: ENGELS, F. **Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica.** Estugarda, 1888, p. 69-72.

NARAHARA, Karine L. Em **Território Mapuche: petroleiras, newen e conhecimento em Puel Mapu (Argentina).** 2018. 321 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro, 2018.

NAZAREA, Virginia D. 2006. Local Knowledge and Memory in Biodiversity Conservation. **Annual Review of Anthropology**, 35: 317-35.

NOGUEIRA, M. **Os Desafios da Avaliação da Aprendizagem no Centro de Educação Profissional em Saúde Maria Moreira Rocha em Rio Branco-AC.** 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica).

SILVA, M.D. **Acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos: Experiência da Agricultura Familiar Orgânica no Estado do Acre.** 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Agricultura Familiar) - IFAC.

SINGH, N. M. 2013. The affective labor of growing forests and the becoming of environmental subjects: Rethinking environmentality in Odisha, India. **Geoforum**, <http://dx.doi.org/10.1016/j.geoforum.2013.01.010>

SOUZA, C. **O caso dos jardins que reverberam na Baixada do Sol: conflitos e controvérsias indissociáveis na gestão ambiental pública.** 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica).

SOUZA, C. **Território e Educação: relatos de estudantes do Curso Técnico Subsequente em Agroecologia no Instituto Federal do Acre.** 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Agricultura Familiar) - IFAC.

TSING, Anna L. "'This earth, this island Borneo' [Biodiversity Assessment as a multicultural practice]". 2005. In **Friction: An Ethnography of Global Connection.** Princeton, NJ: Princeton University Press. pp. 155-170.

\_\_\_\_\_. On nonscalability: the living world is not amenable to precision-nested scales. *Common knowledge*, vol. 18, issue 3, p.505-524, 2012.

\_\_\_\_\_. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019. 284 p.

YUSOFF, Kathryn. 2011. **Aesthetics of loss: biodiversity, banal violence and biotic subjects**. *Transactions of the Institute of British Geographers NS*, doi: 10.1111/j.1475-5661.2011.00486.x.

**Recebido** : 09 de fevereiro de 2023.

**Aprovado**: 30 de novembro de 2023.

**Publicado**: 1 de janeiro de 2024.

#### **Autoria:**

Autor: **Joana de Oliveira Dias**

Docente do Instituto Federal do Acre, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília.

Instituição: IFAC

E-mail: [joana.dias@ifac.edu.br](mailto:joana.dias@ifac.edu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-4140-0653>

País: Brasil